

Programa de Cooperação em Pesquisa

Diretrizes para Manifestação de Interesse

1ª Seleção de Projetos de Pesquisa

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO convidam instituições, centros e grupos de pesquisa a manifestarem interesse para o desenvolvimento de pesquisas no campo da educação, com objetivo de qualificar e subsidiar seu trabalho de análise e elaboração de políticas públicas educacionais.

O Pátio Digital, o Programa de Cooperação em Pesquisa e os objetivos da manifestação de interesse

Instituída pela Portaria nº 3.786, de 17 de abril de 2017, da Secretaria Municipal de Educação, a Política de Governo Aberto “Pátio Digital” tem como objetivo aproximar diferentes setores da sociedade para promover ações de abertura de dados, metodologias colaborativas e inovação tecnológica na gestão da Rede Municipal de Educação e na entrega de serviços educacionais à população.

O Pátio Digital está estruturado em três eixos: (1) “Transparência e Dados Abertos”, com o fortalecimento da disponibilização de dados públicos e informações sobre as políticas educacionais, (2) “Inovação Tecnológica”, com a construção colaborativa de ferramentas e serviços digitais à comunidade escolar, no formato de código aberto; (3) “Colaboração Governo-Sociedade”, que são espaços e metodologias de interação entre o setor público, Academia, sociedade civil e iniciativa privada.

Dentro deste último eixo, “Colaboração Governo-Sociedade”, se insere o Programa de Cooperação em Pesquisa, que tem como objetivo conectar a Secretaria Municipal de Educação com o campo acadêmico, propondo problemas que possam pautar a agenda de pesquisa e contribuir para a melhoria das políticas educacionais no Município. Com o Programa, a SME espera incorporar conhecimento técnico, além de promover a circulação de conhecimento e incentivar o desenvolvimento de pesquisas¹ sobre temas fundamentais para a gestão educacional, com os princípios da Ciência Aberta¹.

A manifestação de interesse tem como objetivo identificar as instituições, centros e/ou grupos de pesquisa interessados no desenvolvimento de projetos relacionados às temáticas apresentadas a seguir, para posteriormente participarem de processo seletivo regido nos termos da Cooperação SME/UNESCO.

¹ Os princípios da Ciência Aberta estão detalhados no Anexo II deste documento.

Temática dos desafios de pesquisa

Este chamamento público estabelece os critérios e parâmetros para a identificação de instituições, centros e/ou grupos de pesquisa interessados no desenvolvimento de projetos de pesquisas relevantes no âmbito das políticas educacionais em quatro áreas distintas do conhecimento, conforme abaixo:

- a. A ampliação da jornada e a educação integral na Rede Municipal de Ensino;
- b. Avaliação do aprendizado no cotidiano das escolas municipais;
- c. Frequência na recuperação paralela: impactos na permanência escolar e na aprendizagem dos estudantes; e
- d. Políticas de valorização profissional e de enfrentamento à evasão e ao absenteísmo docente na Rede Municipal de Ensino - RME.

Os temas pesquisados deverão contemplar as especificidades de cada área, conforme as indicações estabelecidas no Anexo I, com prazo máximo de duração de 12 (doze) meses.

Quem pode participar?

São consideradas elegíveis as faculdades e as universidades públicas e privadas, fundações mantenedoras de apoio e amparo à pesquisa, centros de pesquisa e entidades não-governamentais que comprovadamente atuem ou realizem pesquisas relativas às áreas temáticas propostas.

Como se inscrever?

As instituições interessadas no desenvolvimento de projetos de pesquisa com apoio da SME e UNESCO deverão preencher o formulário eletrônico disponível na página do Programa de Cooperação em Pesquisa: <http://patiodigital.prefeitura.sp.gov.br/cooperacao/>

Este formulário contém os seguintes campos a serem preenchidos:

- a) Tema selecionado para manifestação de interesse
- b) Dados da instituição
- c) Dados da equipe e do/a coordenador/a do grupo de pesquisa
- d) Breve descrição do projeto de pesquisa

A submissão do formulário de inscrição deverá ser realizada entre o dia 26 de junho e às 23h59 do dia 19 de agosto de 2018.

Uma mesma instituição poderá apresentar mais de um projeto na mesma ou em diferentes áreas temáticas. No entanto, poderá ser convidada para concorrer somente em dois projetos de pesquisa.

Serão desclassificadas as propostas:

- a. Com ausência de qualquer informação solicitada;
- b. Enviadas depois das 23h59 de 19 de agosto de 2018.

Durante o período de inscrição, a divulgação de comunicados e o esclarecimento de dúvidas serão realizados por meio do site

<http://patiodigital.prefeitura.sp.gov.br/selecao-de-projetos-de-pesquisa/>.

Análise das informações e do projeto de pesquisa

As informações e os projetos de pesquisa submetidos pelas instituições, centros e grupos de pesquisa serão analisados pelo Comitê de Avaliação e Seleção, constituído por representantes da SME e UNESCO, com objetivo de verificar se atendem minimamente a todos os critérios presentes no quadro a seguir.

Todos os inscritos serão convidados a participar do processo seletivo, com exceção daqueles que não contemplarem qualquer um dos critérios relacionados no referido quadro ou submeterem a manifestação de interesse fora do prazo estipulado acima.

Quadro 1: Critérios considerados na análise das instituições e grupos de pesquisa, das propostas técnicas e das propostas orçamentárias

Critérios de avaliação		Questões a serem consideradas
Qualificação e Experiência da Instituição e da equipe de pesquisa		
1.1	Existência de figura jurídica da instituição há, no mínimo, 3 (três) anos.	É <u>obrigatória</u> a comprovação de existência, com cadastro ativo no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) de, no mínimo, 3 (três) anos comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
1.2	Experiência prévia da coordenação da equipe de pesquisa de, no mínimo, 1 (um) ano em atividades de ensino ou extensão ou na construção de respostas sociais referentes ao tema do projeto de pesquisa apresentado ou em temas correlatos, desde que explicitada essa relação	É <u>obrigatório</u> apresentar no mínimo 1 (um) ano de experiência em atividades de ensino ou extensão ou na construção de respostas sociais referentes ao tema do projeto de pesquisa apresentado.
1.3	Experiência prévia da coordenação da equipe de pesquisa de, no mínimo, 2 (dois) anos, de pesquisa realizada na temática do respectivo desafio ou em temas correlatos, desde que explicitada essa relação.	É <u>obrigatório</u> comprovar no mínimo 2 (dois) anos de pesquisas realizadas acerca da temática prevista no desafio de pesquisa.
1.4	Titulação dos membros da equipe de pesquisa	A composição da equipe deve responder às necessidades previstas para o desempenho do projeto de pesquisa de forma satisfatória e dentro do cronograma proposto. <i>Observação: a existência de coordenador de pesquisa com titulação mínima de doutor e com experiência comprovada em áreas relacionadas com a área temática de candidatura é condição obrigatória para a composição da equipe.</i>
Proposta Técnica, Metodologia e Atividades		
2.1	Adequação ao tema, às diretrizes propostas e à realidade da educação no município	A proposta deve ser elaborada considerando as diretrizes temáticas (Anexo I), resultados de

		pesquisas já desenvolvidas na área e as especificidades da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.
2.2	Eficiência e estratégia metodológica: avaliar a adequação da estratégia de pesquisa frente aos resultados pretendidos, bem como se a execução da proposta apresentada é viável dentro dos limites temporais propostos.	O projeto de pesquisa deve ser viável, factível e metodologicamente coerente com os objetivos expostos pela linha temática e com a realidade da Rede Municipal de Ensino.
2.3	Adequação do projeto apresentado aos princípios de Ciência Aberta (ver Anexo VI “Diretrizes de Ciência Aberta do Programa de Cooperação em Pesquisa da Secretaria Municipal de Educação”).	O projeto de pesquisa apresentado deve contemplar princípios da Ciência Aberta, em seu desenho metodológico, bem como na divulgação dos resultados.

Próximos passos

A relação das instituições e dos grupos de pesquisa que atenderem à manifestação de interesse e tiverem suas propostas qualificadas será divulgada na página do Pátio Digital, no endereço a seguir:

<http://patiodigital.prefeitura.sp.gov.br/selecao-de-projetos-de-pesquisa/>

Após a divulgação dos resultados deste chamamento público, é admissível a apresentação de dúvidas ou questionamentos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de divulgação do resultado. Somente serão analisados recursos que tenham sido submetidos por e-mail para <patiodigital@sme.prefeitura.sp.gov.br>, até a data-limite para a sua apresentação.

ANEXO I - Diretrizes Temáticas

Tema 1: A ampliação da jornada e a educação integral na Rede Municipal de Ensino

Os Planos Nacional e Municipal de Educação (Leis 13.005/2014 e 16.271/2015, respectivamente) apresentaram metas visando a ampliação da oferta da educação (integral) em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender ao menos 25% dos alunos da Educação Básica. Essas metas apresentam desafios tanto em termos do acesso à oferta educacional, com a expansão da jornada, como de qualidade, ao se propor alterações no projeto educacional das unidades educacionais e de condições de infraestrutura e recursos humanos disponíveis para realizar esse atendimento.

No caso da Rede Municipal de São Paulo, a Política “São Paulo Educadora” visa expandir e qualificar o tempo de permanência dos alunos na escola, promovendo sua vivência em situações que enriqueçam o processo formativo. Esta é constituída pelos Programas São Paulo Integral (programa basilar da SME), Mais Educação São Paulo e outros programas de expansão de jornada (Mais Educação Federal e Expansão de Jornada nos CEUs).

As escolas que aderem ao Programa São Paulo Integral devem garantir a permanência do aluno em, no mínimo, sete horas diárias, com atividades que vão além da matriz curricular básica - na perspectiva dos Territórios Educativos. Implementado em 2016, o Programa já atendeu mais de 100 escolas e beneficiou mais de 30 mil alunos com a ampliação da jornada escolar.

A participação no Programa se dá a partir da adesão das unidades educacionais, as quais passam a receber um adicional no Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF), alguns de seus professores têm a jornada de trabalho ampliada e os estudantes beneficiados com tal política recebem mais uma refeição diária, além da própria expansão no tempo de atendimento. Atualmente, o programa tem priorizado os educandos no ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental).

Esse modelo de atendimento foi viabilizado a partir de adequações em uma série de políticas e programas preexistentes na Rede Municipal de Ensino, tais como a forma de composição e remuneração da jornada docente, estruturação dos módulos de pessoal nas unidades educacionais, transporte escolar, bem como pelo diferencial no custo-aluno do FUNDEB. Porém, sua ampliação mais estruturada para um maior número de unidades educacionais, contemplando também o atendimento em demais ciclos ou níveis de ensino, exigirá eventuais ajustes no formato do programa e na organização da própria Rede Municipal de Ensino, cujas unidades de educação infantil (EMEI) e Ensino Fundamental (EMEF) tiveram seu atendimento estruturado em períodos parciais.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender os desafios de implementação do Programa, investigar a sustentabilidade desse modelo de expansão da jornada escolar e analisar cenários para a viabilização das metas de educação integral, considerando os

recursos físicos, financeiros e humanos, a atual capacidade de atendimento da Rede Municipal, as demais metas de ampliação do acesso e permanência na Educação Básica e as alterações em debate no cenário do financiamento da educação nacional, com a transição do FUNDEB.

Perguntas orientadoras

1. O Programa São Paulo Integral tem alcançado os objetivos previstos, considerando o trabalho realizado pelas unidades educacionais participantes? Quais os principais desafios para a efetiva implementação do Programa? Quais sugestões de aprimoramento para que a implementação do Programa ocorra de acordo com suas diretrizes e objetivos?

2. As experiências de expansão de jornada e da educação integral contribuem, em alguma medida, para reduzir o absenteísmo, reprovação e evasão discentes, bem como para reduzir a rotatividade docente e das equipes de coordenação e direção das unidades educacionais? A partir das experiências atualmente implementadas, é possível investigar possíveis impactos no clima escolar, bem como na reorganização pedagógica das unidades educacionais? Quais as condições para que o Programa viabilize melhorias no processo de ensino-aprendizado?

3. Quais os recursos necessários, em termos de infraestrutura, pessoal e orçamentários, para viabilizar a ampliação do modelo vigente de expansão da jornada escolar e que outros cenários são possíveis para o alcance das metas previstas nos Planos Nacional e Municipal de Educação para a educação integral, considerando a atual capacidade de atendimento da Rede Municipal, as demais metas de ampliação do acesso e permanência na Educação Básica e as alterações em debate no financiamento da educação nacional, com a transição do FUNDEB?

Tema 2: Avaliação do aprendizado no cotidiano das escolas municipais

A avaliação é um dos instrumentos centrais do trabalho docente. Vários são os tipos e formas de avaliação existentes e seu potencial para aprimorar os processos de ensino-aprendizagem depende de como estas são elaboradas, aplicadas e dos usos que serão feitos de seus resultados. Considerando em especial os princípios do ensino e da gestão democrática, previstos na Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB/1996), cabe ao professor e às unidades educacionais a escolha dos tipos de avaliação mais adequados aos objetivos propostos no planejamento pedagógico.

Se, por um lado, a estrutura e a política educacional avançaram consideravelmente nos estudos e análises sobre os instrumentos e usos dos resultados das avaliações externas, ainda permanecem muitas questões sobre os instrumentos de avaliação interna atualmente utilizados pelos professores desde sua elaboração, aplicação, registro e posterior uso de seus resultados no replanejamento das atividades pedagógicas.

Nesse contexto, cabe à estrutura de apoio às escolas - supervisão escolar, Diretorias Regionais de Educação e Secretaria Municipal de Educação - identificar os aspectos exitosos e eventuais dificuldades nos processos de avaliação realizados pelos docentes, de forma que as ações formativas propostas dialoguem e fortaleçam o trabalho pedagógico desenvolvido com os estudantes.

Esse desafio está voltado ao Ensino Fundamental, buscando identificar possíveis padrões no processo de avaliação em cada um de seus três ciclos (Alfabetização, Intermediário e Autoral), considerando as principais formas de avaliação utilizadas, periodicidade, forma de registro, atribuição de conceitos, uso dos resultados das avaliações externas no planejamento pedagógico e composição das notas dos estudantes.

No que se refere às avaliações externas, cabe analisar as convergências e eventuais dissonâncias entre seus resultados e os pareceres conclusivos dos estudantes (aprovação ou reprovação), sobretudo para os anos relativos aos ciclos interdisciplinar e autoral.

Já no caso do ciclo de alfabetização, vale destacar a necessidade de se avaliar o uso dos conceitos “Não Satisfatório”, “Satisfatório” e “Plenamente Satisfatório”. Como estes têm sido utilizados? Quais sugestões de aprimoramento podem ser apresentadas, para que a avaliação processual realizada pelas unidades educacionais cumpra com os objetivos de identificar as dificuldades dos estudantes, bem como as necessidades de replanejamento pedagógico pelos professores e do apoio da coordenação escolar.

Perguntas orientadoras

Quais os principais instrumentos de avaliação utilizados pelos professores para acompanhamento do aprendizado em cada um dos três ciclos que compõem o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino?

De que forma os instrumentos e práticas de avaliação utilizados pelos professores da Rede Municipal de Ensino subsidiam o trabalho pedagógico da unidade educacional?

É possível identificar “padrões” na utilização de determinados instrumentos de avaliação interna pelos professores da RME?

Como as provas e avaliações externas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação (Avaliação Diagnóstica, Avaliação Semestral, Prova e Provinha São Paulo) são utilizadas pelas unidades educacionais? Os resultados da Prova São Paulo correspondem aos pareceres conclusivos dos estudantes ao final do ano letivo, isto é, os estudantes reprovados apresentam desempenho insuficiente na Prova São Paulo?

No caso do ciclo de alfabetização, como tem se dado a atribuição dos conceitos (“Não Satisfatório”, “Satisfatório” e “Plenamente Satisfatório”)? Quais critérios avaliativos sustentam cada conceito? Há padrões na Rede Municipal nesta atribuição de conceitos?

Quais estratégias a SME poderia utilizar para aprimorar os processos avaliativos atualmente utilizados voltados para o acompanhamento da aprendizagem?

Tema 3: Frequência na recuperação paralela: impactos na permanência escolar e na aprendizagem dos estudantes

A recuperação paralela é um projeto de apoio pedagógico complementar voltado a estudantes com baixo rendimento escolar, tendo como objetivo a superação de dificuldades de aprendizagem. Nos dois últimos anos, essa atividade atingiu quase 20% dos alunos da Rede Municipal de Ensino, envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Estudo interno realizado pela Secretaria Municipal de Educação (2017) com dados de 2015 e 2016 mostrou que menos da metade dos alunos reprovados em 2015 teve acesso à recuperação paralela no ano seguinte (44,4%). Dos alunos que tiveram acesso ao programa em 2016, a taxa de aprovação foi superior (75,9%) à daqueles que não tiveram (65,8%). Para além desses dados, avaliar o impacto da recuperação paralela no desempenho escolar é tarefa bastante complexa, pois as variações no desempenho dos estudantes podem ser resultantes de diferentes variáveis intra e extra-escolares. Com relação às intra-escolares, vale destacar a frequência no horário regular e no projeto, o método de trabalho do/a professor/a de recuperação paralela, a articulação com a coordenação pedagógica e o/a professor/a regente.

A recuperação paralela tem-se constituído como uma estratégia relevante para viabilizar a melhoria no aprendizado dos estudantes e a continuidade dos estudos. No entanto, considera-se que há espaço para aprimoramentos em sua implementação de forma a viabilizar o acesso a todos os estudantes que poderiam por ele serem beneficiados e possibilitar condições para que seus objetivos sejam alcançados. Nesse sentido, este desafio tem como foco duas questões principais: a) investigar se os estudantes que de fato precisam deste apoio estão sendo atendidos e, caso contrário, compreender quais são as dificuldades para efetivar o acesso e a permanência dos mesmos; e b) avaliar os resultados obtidos pelo Programa tanto no que se refere à recuperação do aprendizado, como na permanência dos estudantes no processo de escolarização. Para ambas as questões deve-se considerar as especificidades de cada um dos ciclos do Ensino Fundamental, bem como as eventuais diferenças entre as Diretorias Regionais de Educação (DREs) e as condições de trabalho das unidades educacionais.

Perguntas orientadoras

Qual o perfil dos estudantes indicados para participar do projeto de recuperação paralela e daqueles que de fato o frequentam? Há variações significativas no percentual de estudantes participantes do projeto, por DRE e por unidades educacionais, considerando o nível socioeconômico e o desempenho nas avaliações externas?

Quais os fatores explicativos para a não frequência no projeto dos estudantes indicados para sua participação? No caso dos estudantes reprovados no ano anterior, quais as razões pela não indicação ou frequência no projeto de Recuperação Paralela?

O horário ofertado pelas unidades educacionais para o projeto afeta o acesso e a permanência dos estudantes? Quais os horários que melhor viabilizariam a participação dos estudantes?

Qual é o tempo médio de permanência dos estudantes no projeto a cada vez que recebem uma indicação de participação e ao longo de um ano letivo?

Para os alunos que de fato frequentaram o projeto nos últimos anos, qual o impacto em sua permanência nos anos subsequentes e no desempenho escolar? Há variação nos resultados do projeto por Diretoria Regional de Educação e por tipologia de unidade educacional (considerando variáveis como o porte das unidades, localização na cidade, condição socioeconômica das famílias, desempenho escolar)?

Quais práticas docentes têm proporcionado melhores resultados na melhoria do aprendizado dos estudantes participantes do projeto? Quais condições institucionais beneficiam a atuação colaborativa e compartilhada entre os professores de recuperação paralela e os professores regentes?

Tema 4: Políticas de valorização profissional e de enfrentamento à evasão e ao absenteísmo docente na Rede Municipal de Ensino - RME

Dos 82 mil servidores que atuam na Rede Municipal de Ensino, cerca de 60 mil exercem funções da carreira do magistério. Apesar das políticas municipais para assegurar a valorização da carreira, salarial, formação continuada e boas condições de trabalho – fatores fundamentais de permanência dos profissionais no exercício de suas funções – problemas relativos ao absenteísmo e evasão docente persistem.

O absenteísmo e a evasão docentes apresentam causas variadas e podem trazer impactos negativos no processo de aprendizagem dos alunos, na organização diária das unidades educacionais, além da perda de recursos públicos investidos na valorização e formação continuada dos profissionais que deixam a Rede Municipal de Ensino. Nesse sentido, é fundamental compreender suas principais causas e avaliar a efetividade dos atuais programas de valorização e permanência dos docentes na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP).

Perguntas orientadoras

Esse desafio tem como objetivo compreender quatro questões principais:

1) Análise do panorama histórico do absenteísmo docente na Rede Municipal de Ensino. Como tem se dado o absenteísmo por tipo de ausência, em relação ao perfil dos professores, das unidades educacionais e da equipe escolar? Qual o impacto das alterações no Prêmio de Desempenho Educacional no comportamento das ausências dos professores e demais profissionais do magistério? Qual a situação do absenteísmo docente na Rede Municipal de Ensino de São Paulo em comparação com demais redes de ensino com perfil de remuneração, jornada de trabalho e condições socioeconômicas dos estudantes semelhantes?

2) Qual o impacto das alterações na regulamentação de licenças médicas na Prefeitura no quadro do magistério? Para isso, além de conhecer a regulação das licenças médicas no âmbito municipal, será necessário comparar o comportamento ao longo do tempo entre os profissionais do magistério com demais carreiras municipais, também afetadas por essas mudanças.

A terceira questão refere-se às especificidades do trabalho docente e ao clima escolar: 3) Como se dá o absenteísmo docente considerando diferentes condições de trabalho do professor? É possível perceber diferenças no número de ausências em relação às condições de trabalho dos professores, tais como número de alunos por turma, permanência da equipe de coordenação e de direção escolar, jornada de trabalho, localização da unidade educacional na cidade, tanto em relação à sensação de bem-estar, violência e vulnerabilidade social, como referente à distância da residência, entre outros?

A quarta questão refere-se à evasão docente: 4) Em que medida os índices de absentismo docente indicam uma futura evasão docente? Qual o perfil dos professores que evadiram da carreira do magistério, na Rede Municipal de Ensino? Percebe-se algum tipo de concentração desses profissionais por região da cidade ou perfil de escola? Quais foram as principais causas atribuídas para a evasão docente?

ANEXO II - Princípios de Ciência Aberta do Programa de Cooperação em Pesquisa da Secretaria Municipal de Educação.

Sempre que possível, as equipes de pesquisa deverão considerar, na execução dos produtos entregues, os princípios de Ciência Aberta do **Programa de Cooperação em Pesquisa da Secretaria Municipal de Educação**, a saber:

- a. **Acesso Aberto** - Os materiais diretamente resultantes da Cooperação deverão estar disponibilizados em licenças abertas, seguindo preceitos de Recursos Educacionais Abertos - REA, nos termos do Decreto nº 52.681, de 26 de setembro de 2011;
- b. **Dados Abertos** - As bases de dados produzidas diretamente para a realização da pesquisa deverão ser disponibilizadas para publicação da SECRETARIA, com as devidas fontes e referências, permitindo livre download e utilização, nos termos da Lei Municipal nº 16.051, de 16 de agosto de 2014.
- c. **Códigos Abertos** - O código-fonte de eventuais softwares e scripts desenvolvidos no âmbito deste Chamamento deverão ser disponibilizados em repositório a ser indicado pela SECRETARIA, com licença que permita livre utilização e replicação;
- d. **Metodologias Abertas** - As metodologias utilizadas deverão estar publicadas e acessíveis ao longo da produção da pesquisa e após sua divulgação, de modo a permitir a reprodutibilidade do estudo por outros pesquisadores e instituições;
- e. **Fomento a participação de pares** - Os estudos poderão ser comentados e discutidos em fóruns acadêmicos organizados pela SECRETARIA no âmbito do Programa de Cooperação, como forma de incentivo à revisão por outros pesquisadores;
- f. **Participação cidadã** - Sempre que possível, é desejável que a pesquisa utilize mecanismos que permitam a outras pessoas contribuírem com os esforços de pesquisa, seja em 'crowdsourcing' ou grupos focais e projetos piloto com a comunidade escolar ou outros grupos de interesse.

ANEXO III - Cronograma da Manifestação de Interesse para o desenvolvimento de Projetos de Pesquisa*

Período para inscrição: 26/06 a 19/08/2018

Divulgação das equipes qualificadas: 24/08/2018

Período para recebimento de eventuais dúvidas ou questionamentos: 27/08 a 31/08/2018

Divulgação da lista atualizada das instituições qualificadas, as quais receberão convite para participar do processo seletivo formal: 04/09/2018

* Poderão ocorrer eventuais alterações no cronograma em função das necessidades do Projeto. O cronograma atualizado estará disponível na página eletrônica do Pátio Digital: <http://patiodigital.prefeitura.sp.gov.br/selecao-de-projetos-de-pesquisa/>